



10 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 4 de setembro de 2025

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,34% São Paulo	141.422 139.863	R\$ 5,452 (-0,4%)	R\$ 1.518	R\$ 6,358	14,90%	14,91%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 Junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26
	29/8 1/9 2/9 3/9		Últimos				
			28/agosto 5,406 29/agosto 5,422 1º/setembro 5,440 2/setembro 5,474				

MERCADO FINANCEIRO

BC veta compra do Master pelo BRB

Em meio a pressão do centrão, Banco Central antecipa análise e indefere operação que previa aquisição de 58% do capital do banco

» VICTOR CORREIA
» ANA MARIA CAMPOS

O Banco Central rejeitou, na noite de ontem, a compra de fatia do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). As partes foram notificadas pela autoridade monetária após o fechamento do mercado. Em um “fato relevante” — documento enviado a investidores — o BRB confirmou a informação, e disse que solicitou o acesso à íntegra da decisão para avaliar os fundamentos técnicos e alternativas cabíveis.

O Banco Central não detalhou os motivos do indeferimento. A operação foi anunciada no dia 28 de março, quando o banco do Governo do Distrito Federal (GDF) confirmou a intenção de adquirir 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do Master, pagando R\$ 2 bilhões.

“O BRB reitera seu posicionamento de que a transação representa uma oportunidade estratégica com potencial de geração de valor para o BRB, seus clientes, o Distrito Federal e o Sistema Financeiro Nacional e manterá seus acionistas e o mercado informados sobre eventuais desdobramentos relevantes, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis”, informou a instituição financeira ao mercado. O banco também disse que o contrato será rescindido “de acordo com seus termos e condições”.

A compra já havia sido autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em junho, sem restrições. O órgão não viu prejuízos à concorrência, já que a participação conjunta no mercado ficaria abaixo de 20%. O aval do BC seria o último passo — obrigatório — para concretizar a operação.



Em fato relevante, o banco do DF disse que a transação representaria “uma oportunidade estratégica com potencial de geração de valor para o BRB”

Apesar de ter prazo de um ano para analisar o caso, a autoridade monetária preferiu se antecipar.

A compra chegou a ser barrada pela Justiça do DF a pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) porque não havia aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Em

resposta, o governador Ibaneis Rocha (MDB) enviou um projeto de lei em regime de urgência em agosto, que tramitou em menos de uma semana — sob protesto da oposição. A preocupação é com a saúde financeira do Banco Master, que usa uma tática agressiva, oferecendo rendimentos que chegaram a 140% do

Certificado de Depósito Bancário (CDI), sendo que as taxas médias para bancos pequenos giram em torno de 110% a 120%. A operação foi vista por críticos como uma tentativa de salvar o Master, cujo proprietário é o banqueiro Daniel Vercaro, da crise que enfrentava, e poderia trazer prejuízo ao BRB.

Política

A negativa do Banco Central ocorreu em um momento conturbado para a operação. De um lado, o Master, entre outras instituições, foi citado durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS como suposto

envolvido no esquema de fraude envolvendo empréstimos consignados para aposentados e pensionistas. A acusação partiu do advogado Eli Cohen, que investigou as fraudes, ouvido em audiência na segunda-feira. Além disso, a Operação Carbone Oculto, deflagrada na quinta passada pela Polícia Federal contra um esquema de lavagem de dinheiro do PCC envolvendo fintechs e o setor de combustíveis, mirou dois grandes parceiros do Master: Trustee DTVM e Reag Investimentos, que administram mais de metade dos fundos do banco.

Por outro lado, partidos do centrão iniciaram uma articulação, na terça-feira, para aprovar um projeto de lei (PL) que dá poderes para que parlamentares demitam diretores e o presidente do Banco Central, o que foi interpretado pela base governista como forma de pressão para o BC autorizar a compra do Master.

Ontem, antes da decisão da autoridade monetária, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, expressou preocupação com o texto. “Não vejo nenhum motivo para ele (o PL) caminhar. Não foi discutido com ninguém, não estava na pauta. (O que) preocupa é a intenção que está por trás disso. E, na minha opinião, não traz benefício nenhum”, disse.

Haddad destacou que o governo defende a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2025, que institui a autonomia financeira da autarquia, além de conferir um novo regime jurídico. Segundo o ministro, a matéria deve fortalecer a capacidade regulatória, além da infraestrutura digital da instituição. “O Banco Central tem que ter orçamento próprio para fazer frente às despesas”, observou.

COMÉRCIO EXTERIOR

Novo passo para conclusão de acordo UE-Mercosul

» ROSANA HESSEL

A Comissão Europeia (CE) validou, ontem, o acordo comercial com o bloco sul-americano e prometeu garantias “sólidas” para proteger o setor agrícola, muito crítico ao tratado. O parecer da CE, órgão executivo da União Europeia (UE), segue para análise dos estados-membros do bloco e do Parlamento europeu e a expectativa é que o acordo será assinado em dezembro deste ano, durante a Cúpula de líderes do Mercosul, em Brasília. Desde julho, o Brasil assumiu a presidência rotativa do bloco sul-americano composto também por Argentina, Paraguai e Uruguai.

As negociações do acordo de livre-comércio entre os UE e Mercosul começaram oficialmente em 2000, e foram concluídas no fim do ano passado. O acordo, se confirmado, será um dos maiores do mundo, pois os dois blocos reúnem uma população de 720 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22 trilhões.

Na avaliação de Rubens Barbosa, presidente do Instituto de

Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador do Brasil em Washington, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deu um impulso extra para que esse acordo, que vem sendo negociado há mais de 20 anos entre os dois blocos, saísse do papel desde que assumiu o comando da Casa Branca. Além do tarifaço aplicado ao Brasil, Trump aumentou impostos de produtos de vários países, inclusive os da União Europeia.

“Agora, o acordo vai sair. Acho que a Comissão Europeia vai aprovar e a assinatura deverá ocorrer durante a presidência do Brasil, em dezembro”, disse Barbosa. “Acho que a decisão está tomada. A geopolítica prevaleceu, com a ajuda do Trump”, acrescentou.

Uma fonte da chancelaria brasileira informou que o governo está monitorando a tramitação interna do processo de ratificação na UE. “O andamento do processo é positivo”, avaliou.

De acordo com informações da AFP, a chancelaria do Uruguai recebeu a notícia com “alegria” e desejou que o mecanismo seja



A alta representante da UE, Kaja Kallas confirmou a validação

concluído até o fim do ano.

A especialista em comércio internacional Lia Valls, pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e, também reconheceu que o início do processo de ratificação do acordo de livre-comércio UE-Mercosul pelos países-membros é um sinal importante. “Isso mostra que as coisas estão andando neste momento em que há

toda a incerteza em torno das medidas tomadas por Donald Trump, que implicaram em um retrocesso enorme para o comércio internacional”, afirmou. “O sinal é positivo, mas a parte comercial ainda deve demorar para o livre comércio ser uma realidade, porque há prazos longos para alguns produtos, com cotas e cronogramas de cinco, 10 ou 15 anos”, explicou.

Welber Barral, ex-secretário de

Comércio Exterior e sócio da BMJ Consultores Associados, também considerou positivo o início do processo de ratificação do acordo. “É uma boa notícia. Acho que é um passo a mais para eles serem colocados, provavelmente já houve algum tipo de alinhamento dentro da União Europeia, apesar de sabermos que alguns países vão ser contra de qualquer forma. Mas é um passo importante”, afirmou. Em tom otimista, ele disse que espera, até o fim deste ano, algum movimento para a assinatura do acordo.

“Esta é uma ótima notícia, nós nunca chegamos a um nível tão elevado como hoje com o envio para o Conselho da União Europeia, e não estamos falando de qualquer acordo”, afirmou o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Jorge Viana, em nota da entidade.

A União Europeia é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Em 2024, as exportações brasileiras para o bloco cresceram, em média, 10%, para US\$ 48,3 bilhões. Esse desempenho posicionou o país como o 14º maior fornecedor da UE e líder no fornecimento de café não torrado (36,3%) e farelos de soja (34,3%). Além disso, nos últimos seis anos, quase todos os grupos de

produtos exportados — como café, petróleo, soja e cobre — registraram crescimento médio anual positivo, destacou a nota da Apex. Neste ano, as exportações brasileiras para a UE cresceram 4%.

Ao dar início ao processo de ratificação do acordo comercial com o Mercosul, ontem, a presidente da CE, Ursula von der Leyen, afirmou que “o acordo é benéfico para todas as partes, com vantagens significativas para os consumidores e as empresas” dos dois continentes.

Lia Valls, do Ibre, lembrou que apesar da resistência da França, o presidente francês, Emmanuel Macron, está enfraquecido e isso pode ajudar no processo de ratificação do acordo.

Além de apresentar as propostas ao Conselho para a assinatura e conclusão do Acordo de Parceria UE-Mercosul (APEM), a Comissão Europeia também apresentou a proposta para o Acordo Global Modernizado com o México. Essas parcerias constituem “uma parte essencial da estratégia da UE para diversificar suas relações comerciais e fortalecer os laços econômicos e políticos com parceiros com ideias semelhantes em todo o mundo”, segundo nota da CE que prevê aumento de 39% nas exportações do bloco para o Mercosul.